

Sarney viajará aos Estados para compor divergências no PDS

BRASILIA (O GLOBO) — O presidente nacional do PDS informou ontem que iniciará, na próxima semana, o trabalho de avaliação da força política e eleitoral do PDS, deslocando-se a todos os Estados com o objetivo de compor as divergências partidárias com vistas às próximas eleições. Essa avaliação, segundo Sarney revelara anteontem, obedece orientação do presidente João Figueiredo.

— O desafio maior do ponto de vista político, atualmente, é a implantação dos partidos e a convivência interpartidária como etapa final da abertura. Isso significa que, no relacionamento entre os partidos e o Governo, deve-se ter em conta a visão histórica dessa fase institucional difícil que o País atravessa. As dificuldades existem porque se busca sair de um regime de exceção para a plenitude democrática sem rupturas maiores na sociedade — disse o presidente do PDS.

Sarney acentua que essas dificuldades aumentam à medida em que o País atravessa essa fase de transição "paralelamente a uma crise econômica mundial que se superpõe à crise institucional brasileira".

Ele exortou os políticos a "deixarem a visão meramente eleitoral para adotar a ótica de um estadista, o que implica a tomada de posição de assumir-se as responsabilidades históricas do momento".

REFORMA ELEITORAL

O senador José Sarney admitiu ontem, em São Paulo, a possibilidade de uma reforma eleitoral, para a adaptação à nova realidade do País. Ele assegurou, no entanto, que, nessa eventualidade, "não seria adotada qualquer legislação casuística visando apenas aos interesses eleitorais do partido do Governo".

— O PDS não está preocupado só com eleições, mas, principalmente, com o processo de redemocratização do País — acrescentou.

Sarney considera a atual legislação "muito dispersa e contendo textos, às vezes, antagônicos". Ele lembrou que a executiva nacional do PDS, em sua reunião de amanhã, deverá indicar comissão para "examinar a codificação dessa legislação".

A viagem de Sarney a São Paulo foi para visitar o vice-governador do Maranhão, Artur Teixeira, que está internado

no Hospital das Clínicas. Ele voltou ontem mesmo a Brasília.

CAMPANHAS FINANCIADAS

O deputado Djalma Bessa (PDS-BA), disse ontem, em Salvador, que o Governo deve examinar a proposta do presidente nacional do PDS, José Sarney, no sentido de se financiar as campanhas eleitorais.

— Assim, será democratizado mesmo o pleito, permitindo-se que todos disputem a eleição em pé de igualdade, explicou.

O parlamentar criticou o atual sistema de alistamento eleitoral e de votação e apuração das eleições, que, segundo ele, "são carregados de formalismo e executados em sistema artesanal". Para Bessa, o sistema deve ser simplificado ou com a introdução dos computadores ou com outro qualquer meio que agilize o processo.

Enterde o deputado que a iniciativa para a reforma da legislação eleitoral pode partir do Executivo ou do Legislativo, "contanto que seja um bom projeto, que se ajuste à realidade nacional e aperfeiçoe ao máximo o sistema político". Manifestou-se contra o voto distrital e a favor da manutenção do voto vinculado nos limites atuais, somente para os dois níveis legislativos. Segundo ele, se o voto vinculado for ampliado, "reduzirá ainda mais as opções do eleitor".

CONTRA AS ELITES

O deputado Anísio de Souza (PDS-GO) disse ontem, em Fortaleza, que já tem um esboço da emenda constitucional e do projeto que serão apresentados com vistas à reformulação da legislação eleitoral, "para acabar com a profissionalização das Elites políticas do País".

Anísio argumenta que a emenda constitucional se faz necessária apenas no caso da mudança da eleição majoritária para governador e senador, através do voto distrital. O Estado seria dividido em distritos e ganharia o candidato que obtivesse o maior número de vitórias nos distritos. Ele explica que o sistema não é semelhante ao dos Estados Unidos, onde o eleitor vota no delegado, que tem assim a prerrogativa de votar na convenção do partido em determinado candidato. Já no sistema que Anísio pretende, o eleitor vota diretamente no candidato.

Anísio de Souza quer, também, através de projeto de lei, disciplinar a vinculação do voto.

A vinculação já existe, para a eleição de deputados estadual e federal. Vou propor que seja estendida de vereador a governador. Por quê? A fim de fortalecer o partido, diz ele.